



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MÁFIA DAS ÓRTESES E PRÓTESES NO BRASIL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0583/15	DATA: 14/05/2015	
LOCAL: Plenário 10 das Comissões	INÍCIO: 10h07min	TÉRMINO: 10h50min	PÁGINAS: 20
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a cartelização na fixação de preços e distribuição de órteses e próteses, inclusive com a criação de artificial direcionamento da demanda e captura dos serviços médicos por interesses privados — Máfia das Órteses e Próteses no Brasil.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata da 13ª Reunião, realizada em 13 de maio de 2015. Indago se há necessidade de leitura.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Peço a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Solicito a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Tendo em vista solicitação dos Deputados Aureo e Dr. João, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, submeto à votação a respectiva ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Expediente. Comunico aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Do Sr. Renato Alencar Porto, Diretor da ANVISA, em que encaminha ao Presidente informações solicitadas no Ofício nº 15, de 2015, referente ao Requerimento nº 42, de 2015, de autoria do Relator, Deputado André Fufuca, aprovado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito em reunião realizada no dia 16 de abril de 2015, que *“requer informações da ANVISA sobre o registro e identificação de produtos considerados órteses e próteses e relação das indústrias nacionais que produzem e comercializam, além dos representantes de produtos importados”*.

Do Deputado Fábio Mitidieri, do PSD de Sergipe, em que solicita escusa de sua ausência na 12ª Reunião, realizada no dia 12 de maio de 2015.

Do Deputado Antônio Jácome, do PMN do Rio Grande do Norte, em que solicita escusa de sua ausência na 12ª Reunião, realizada no dia 12 de maio de 2015.



Ordem do Dia. Deliberação de requerimentos. Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até ontem, dia 13 de maio.

Antes de dar início à deliberação dos requerimentos, gostaria de reiterar alguns procedimentos que auxiliarão no desenvolvimento das atividades da Comissão.

Solicito aos Srs. Deputados que, sempre que desejarem sugerir nomes para oitivas ou inquirições e tomar depoimentos de autoridades a serem ouvidas em audiência pública, apresentem requerimentos por escrito, determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião. Lembro que autoridades e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados e que testemunhas e investigados serão intimados na forma da lei.

No tocante aos requerimentos de diligências, requisições de documentos e requerimentos que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na lei processual penal, estes deverão ser encaminhados com a respectiva motivação e fundamentação, justificando a real necessidade da medida.

Os requerimentos deverão ser encaminhados até o dia anterior à data da reunião à Secretaria da Comissão, Sala 165-B do Anexo II, para serem numerados e publicados na ordem do dia.

Passemos à deliberação dos requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 41, de 2015, do Deputado Aureo, que *“requer que sejam convocados os representantes das empresas Oscar Iskin, Total Medic, Life X, Orcimed, IOL, Brumed e Strehl, suspeitas de envolvimento no esquema de desvio de recursos da área da saúde, denominado ‘Máfia das Órteses e Próteses’, bem como o médico Alberto Kaemmerer, um dos responsáveis pela denúncia”*.

Esse requerimento não foi votado na reunião anterior porque não trazia os nomes dos representantes das empresas.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Sr. Presidente, deixe-me só tirar uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Com a palavra o Deputado Aureo.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Eu acho que esse requerimento está prejudicado, porque já foi convidada, através de outro requerimento, a Total Medic, cujo representante esteve ontem na nossa CPI. E já foram convidados, eu acho, os



representantes das outras empresas. Não sei se todos os representantes convidados estão aqui.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Deputado Aureo, são todos os nomes da matéria do *Fantástico*, não é isso?

**O SR. DEPUTADO AUREO** - O médico já foi convidado?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Não, o médico não. Fora o médico, as empresas já foram convidadas.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Bom, se todas as empresas já foram convidadas, a gente poderia retirá-las e manter só o convite ao médico citado na matéria do *Fantástico*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Na vez anterior, o requerimento não foi votado, porque não havia os responsáveis pelas empresas, só havia o nome das empresas.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Concordo, Presidente. Eu acho que até...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Por isso é que nós solicitamos que fosse retirado e que ele pudesse ser novamente encaminhado, dando o nome dos responsáveis pela empresa. Então, eu acredito que, para economia, o requerimento fica circunscrito ao médico, ao Dr. Alberto Kaemmerer, um dos responsáveis pela denúncia.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Vou deixar uma sugestão, Presidente, para que a gente possa ver até com a Comissão, de que a gente convidasse esse médico que está na denúncia do *Fantástico*, que se fizesse — não sei se já foi feito — um requerimento de toda a denúncia do *Fantástico* convidando todo mundo, porque isso evitaria de a gente apresentar acho que uma sequência de requerimentos fatiados, cada Deputado apresentando um requerimento.

Então, fica a minha sugestão, Presidente Geraldo e Deputado André Fufuca, de que a gente pegue a denúncia do *Fantástico* e convoque todos da denúncia do *Fantástico*, porque aí evita de o Deputado ora apresentar um requerimento, o Deputado Dr. João apresentar outro, o outro apresentar outro, porque o tema da nossa CPI deu origem à matéria do *Fantástico*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k. Nós vamos pedir à nossa Consultoria Jurídica para fazer esses requerimentos, diante dessa sugestão.



**O SR. DEPUTADO AUREO** - É preciso ver qual está faltando, porque já foram vários convidados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 41, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em razão de apreciação de requerimentos de minha autoria, solicito ao Deputado Vice-Presidente, Dr. Paulo Foletto, que tome assento à mesa para conduzir os trabalhos. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Foletto) - Item 2. Requerimento nº 84, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Renato Augusto Guimarães de Almeida, Diretor Financeiro da empresa Tellus Rio Comércio, Importação e Exportação Ltda. em face da CPI de Órteses e Próteses no Brasil”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 3. Requerimento nº 85, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Gabriel Anselmo, Diretor Financeiro da empresa BioCath Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 4. Requerimento nº 86, de 2015, do mesmo Deputado Geraldo Resende, *“que requer seja convocado o Sr. Leonardo de Castro Lima Santos, Diretor da empresa Allimed”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5. Requerimento nº 87, de 2015, do mesmo Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. André Besteti, Diretor Financeiro da empresa Gusson Equipamentos Médicos e Hospitalares Ltda.”*.



Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6. Requerimento nº 88, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Nicola Facci, Diretor Financeiro da empresa Cruz Alta Pró-Hospitalar Representação Ltda.”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7. Requerimento nº 89, de 2015, do Sr. Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Alexandre Fontele, Diretor Financeiro da empresa Litormed Comércio de Produtos Médicos Ltda.”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 8. Requerimento nº 90, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocada a Sra. Flávia Cardoso, Diretora Financeira da empresa Medfix”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 9. Requerimento nº 91, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Gregório dos Santos Neto, Diretor Financeiro da empresa OrthoServ Ltda.”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 10. Requerimento nº 92, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Orlando Paula Cardoso, Diretor Financeiro da empresa Síntese Comércio Hospitalar Ltda.”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Item 11. Requerimento nº 93, de 2015, do Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. José Paulo Wincheski, sócio gerente da empresa IOL Implantes Ltda.”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 12. Requerimento nº 94, de 2015, do mesmo Deputado Geraldo Resende, que *“requer seja convocado o Sr. Luiz Souza Fidelix, dono da empresa Intelimed”*, para depoimento na CPI de Órteses e Próteses.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Presidente da CPI, Deputado Geraldo Resende.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Item 13. Requerimento nº 95, de 2015, do Deputado Pompeo de Mattos, que *“requer sejam ouvidos em Audiência Pública o Diretor do Hospital Mãe de Deus e o Diretor do Hospital Cristo Redentor, ambos de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para apresentar as práticas adotadas em relação ao controle de colocação de próteses e órteses”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 95, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 14. Requerimento nº 96, de 2015, do Deputado André Fufuca, que *“requer ser requisitado o envio dos balancetes da empresa Total Medic, nos últimos três anos”*.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ FUFUCA** - Sr. Presidente, esse requerimento, ficou acordado ontem que seria feito pela CPI, não individual. Porém, como nós o tínhamos que entregar até o prazo das 19 horas de ontem para valer hoje, ele acabou tendo apenas uma monoassinatura.



Então, eu gostaria de pedir, fazendo parte disso, que o Pleno pudesse subscrever esse requerimento, já que é um requerimento da CPI, entendeu? É apenas pela ausência de tempo.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Subscrevo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Certo. O requerimento é do Deputado André Fufuca e dos demais integrantes da CPI. O.k.?

Então, os Deputados que aprovam o Requerimento nº 96, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 15. Requerimento nº 97, de 2015, do Deputado André Fufuca, que *“requer seja requisitado o envio das notas fiscais de entrada e saída das OPMEs emitidas pela empresa Total Medic, nos últimos três anos”*. Está subscrito o requerimento por todos os Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 97, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Sr. Presidente, só para esclarecer: todos esses requerimentos de autoria do Deputado André Fufuca estão sendo subscritos por todos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Sim. Foi acordado ontem.

Item 16. Requerimento nº 98, de 2015, do Deputado André Fufuca e demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que *“requer seja requisitado o envio da relação constando todos os profissionais da saúde que receberam “comissão” da empresa Total Medic”*.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 98, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Só a palavra foi trocada no requerimento. Teria que ser “propina”, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Comissionamento.



Item 17. Requerimento nº 99, de 2015, do Deputado André Fufuca e demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que *“requer seja requisitado o envio da relação de hospitais e convênios que receberam “comissão” da empresa Total Medic”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 99, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 18. Requerimento nº 100, de 2015, do Deputado André Fufuca e demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que *“requer seja requisitado o envio das notas fiscais de entrada e saída de OPMEs emitidas pelos hospitais da Rede D’Or, nos últimos três anos”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 100, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 19. Requerimento nº 101, de 2015, do Deputado André Fufuca e demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que *“requer seja requisitado o envio das notas fiscais de entrada e saída de OPMEs emitidas pela Sulamerica, nos últimos três anos”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 101, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 20. Requerimento nº 102, de 2015, do Deputado André Fufuca e demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que *“requer seja requisitado o envio da relação de pagamento de viagens que a empresa Total Medic realizou aos profissionais da saúde”*.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o Requerimento nº 102, de 2015, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



**O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O 2º Vice-Presidente, Deputado Paulo Foletto, quer fazer uma intervenção.

**O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO** - A partir de ontem, quase todos nós aqui estivemos, se não o período todo do depoimento da Sra. Débora, boa parte do depoimento dela.

Em face dos números que ela apresentou lá, 3.750 fabricantes, 7.000 distribuidores ou 5.000 distribuidores e 7.000 comerciantes, se nós mergulharmos na convocação, nós vamos ficar aqui 3 anos só convocando gente.

Eu fiz a minha manifestação ontem de que, baseado no depoimento da Débora, isso deve ser em escala. É claro que, como ela mesma disse, *“há empresas que são exclusivas de grandes marcas e que não são pequenininhas como a minha”*. Ela representa uma microempresa, mas há empresas maiores.

Eu acho que, se nós começarmos a chamar gente, chamar gente, chamar gente, vamos ter que chamar todos os representantes, todos os diretores de hospitais, todos os comerciantes deste Brasil inteiro, porque o que a Débora faz em São Paulo há 1 camarada fazendo no Amazonas, 10, pelo menos, lá em Manaus, 20 fazendo em Natal, 30 fazendo lá em Vitória, na Capital do Espírito Santo e nas cidades do interior.

A linha, eu acho que já está definida. A minha sugestão é de que, com isso aqui, podemos dar uma linha. Eu não vejo como nós tenhamos poder de polícia e de *expertise* para sair atrás de todo mundo. Se nós tivermos apoio do Ministério Público, de alguém da Receita Estadual, das Receitas Estaduais e até da Receita Federal, vamos deparar, nessa situação, com formação de quadrilha. O recebimento indevido de recursos financeiros, forçando a barra para fazer cirurgia desnecessária ou utilizar um determinado produto para receber vantagem financeira individual é formação de quadrilha.

Nós vamos deparar com evasão de divisas fiscais, tanto das empresas quanto dos próprios órgãos que executam a cirurgia, das próprias entidades, dos próprios hospitais, que se apropriam de dinheiro para poder deixar o produto ou a marca circular no seu centro cirúrgico.



A minha sugestão é de que, dentro de uma legalidade, de uma possibilidade, sejamos acompanhados por pessoas do Ministério Público, por procurador federal, para que venham aqui sentir a dimensão dessa coisa.

Nós vimos os depoimentos desta semana das UNIMEDs. A UNIMED Campinas disse: *“Eu cheguei a 4,9% de custo de toda a operadora com órteses e próteses”*. Mas há operadoras pequenas que têm um custo em torno de 15%, porque não tem poder de barganha e negociação. Imaginem que isso vai se refletir no preço final do plano de saúde e que podemos até baratear esse custo ou não deixá-lo aumentar, que é um dos dramas da população brasileira. Eu estou falando de plano de saúde.

A escala pode ser aplicada para o SUS. Eu fiz uma pergunta sobre a prótese total da ATM, da articulação temporomandibular, e ontem ela disse que há empresas que vendem por 300 mil reais. Normalmente isso é feito num hospital público, conseguida liminar para que o Estado pague. O Estado, o Governo Federal paga através de liminar judicial. A conta dela, mesmo que não seja a verdadeira... Ela fez uma conta ontem de 10 mil, numa nota. O preço final poderia ser 2.600, um terço, um quarto do custo final. Aí ela disse que há uma empresa que vende uma ATM por 300 mil reais. Imaginemos nós que uma cirurgia economizaria, se a escala estiver correta, 225 mil reais!

Então, nós não vamos ter tamanho para seguir atrás disso tudo, para rastrear isso tudo. A nossa linha geral está definida, já vamos conseguir muita coisa. O nosso objetivo é, junto com o Ministério, junto com a ANVISA, junto com os hospitais, junto com as cooperativas ou com as empresas prestadoras de serviço médico, com as operadoras, conseguirmos caminhar para um marco regulatório e diminuir esse esquema.

A minha sugestão, portanto, é para diminuirmos a ansiedade por muitos requerimentos da presença de pessoas aqui, porque os depoimentos serão repetições. Os fatos serão repetidos, de Roraima até a ponta do Chuí, lá no Rio Grande do Sul. Que chamemos os órgãos de investigação legal, porque eles terão poder de levar isso adiante, em escala. A nossa Comissão é restrita ao Congresso. Eles terão, em escala, o poder de abrir um nível de colaboração com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, para que, chegando ao nosso marco regulatório,



nós tenhamos a colaboração deles, o poder de investigação para inibir a ação, porque senão a ação vai continuar.

A moça falou: *“Eu perdi o cliente, migrou para outra empresa e o esquema continua”*. É só uma reflexão que eu estou fazendo, em função do nosso objetivo aqui. Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - É muito pertinente a sua intervenção, mas nós fizemos alguns requerimentos para termos uma totalidade das maiores empresas, das empresas distribuídas geograficamente, porque estávamos muito concentrados em algumas regiões do País.

Nós queremos saber se essa prática — e me parece que é a realidade — se configura em todas as regiões brasileiras. Por isso é que houve um acúmulo de requerimentos de algumas empresas distribuidoras. Mas, a partir do depoimento da Sra. Débora, ontem, eu acho que tivemos um marco muito importante. Foi um divisor de águas dentro do encaminhamento da própria Comissão Parlamentar de Inquérito. E, a partir de agora, com esse rol de requerimentos aprovados aqui, nós vamos ter condições de poder encaminhar, no sentido de já termos, pelo menos, alguns caminhos definidos.

Na próxima semana vamos nos reunir, eu, o Relator, Deputado André Fufuca, mais os dois Relatores Setoriais, e vamos ter uma conversa com o Ministério da Saúde e também com algumas empresas que representam a cooperativa, que representam as empresas de medicina de grupo, para que possamos também delinear algumas formas e já da CPI apresentar alguns resultados, principalmente na questão da legislação, para não esperar o resultado, porque o resultado pode ser daqui a 3 ou 4 meses e já podemos começar a ter algum produto legislativo já sendo encaminhado, que poderá, inclusive, mostrar a que veio esta CPI.

Nós estamos também discutindo com a assessoria para que possamos, na próxima semana, na terça-feira, já ter um rol para poder trazer aqui algumas vítimas de erros, inclusive de abusos de indicações que deixaram sequelas irreversíveis até mesmo em profissionais da área de saúde médica que foram vítimas de erros médicos na colocação de transplantes desnecessários.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - E nós vamos colocar essas pessoas à disposição para virem contribuir com a Comissão.

Então, nós estamos acertando quem são os próximos quatro convidados da próxima terça-feira, mas queremos fazer uma coisa que tenha similitude nos depoimentos, que não seja uma coisa disforme aqui na nossa apresentação.

O primeiro Deputado inscrito, Deputado Dr. João, é o Deputado Mário. Eu queria seguir a ordem, mas, por concessão, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Sr. Presidente, é só um comunicado referente a isso que V.Exa. acabou de falar. Eu fiz um requerimento a respeito daquele colega médico que está sequelas irreversíveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Dr. Marcelo Paes.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Isso. E que a imprensa comunicou que só em parafusos foram gastos 280 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Esse está convocado. Esse já está convidado para a próxima terça-feira.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Quero só dar a informação de que já recebi uns três ou quatro telefonemas pedindo que eu esqueça isso. Então, por esse motivo, eu queria fazer questão da convocação desse paciente, em função até desse telefonema que eu recebi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Ele foi convidado. Ele está no aguardo, e nós estamos só construindo a relação dos quatro, mas seguramente ele será um dos depoentes na próxima terça-feira.

Tem a palavra o Deputado Mário Heringer.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - É só isso, Presidente.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Bom dia a todos! Sr. Presidente, eu não tive a oportunidade de participar da audiência da Sra. Débora, tive outro compromisso e, infelizmente, perdi. Mas tive notícias de muitas informações que ela trouxe a esta CPI.

Gostaria de saber, só a título de informação, se a Sra. Débora acrescentou às informações algum comportamento de alguns médicos, se ela citou alguns médicos, se ela deu um rol de pessoas envolvidas, até porque chegou ao meu conhecimento de uma maneira que pode ser truncada, e não de forma clara, que ela afirmou, em



alguns momentos — e eu já tinha dito isso na audiência em que a UNIMED esteve aqui —, que não se pode confundir relação comercial, que é a relação de desconto em nota fiscal efetiva, discutida e combinada, com recebimento de propina. Quando os impostos estão contemplados, quando as notas fiscais são claras, o que se pode discutir é a questão dos preços.

Nós não estamos aqui, na minha concepção, porque a UNIMED fez uma ilação com relação à Tabela Simpro. Não sou da Tabela Simpro, não trabalho com a Tabela Simpro, não conheço a Tabela Simpro, que forçava os planos de saúde a adaptarem-se a ela, quando, em verdade, nenhuma daquelas duas singulares da UNIMED trabalha com a Tabela Simpro e tem as suas tabelas próprias.

Então, nós temos que tomar muito cuidado aqui para também não sermos prestadores de serviço de interesses econômicos. Eu acho que nós estamos aqui para investigar preços exagerados, roubalheira no SUS, roubalheira no Sistema Suplementar de Saúde, envolvidos nisso, e, mais do que isso, tentar trabalhar de uma maneira que nós não façamos o papel de prestadores de serviço aqui.

Temos que tomar muito cuidado com isso. Onde se rouba muito mais — e acabou de dizer o folheto ali, que é muito claro — é naquelas próteses que se medem lá no SUS, porque no SUS elas não tem dono e ninguém confere. Eu quero tratar da iniciativa privada, sim, mas ficar tratando de iniciativa privada só para atender redução de custo de plano de saúde, em detrimento do nosso foco principal, nós vamos prestar serviço.

Em 2003 eu sentei aqui nos bancos desta Casa numa CPI de plano de saúde. O Presidente Geraldo estava aqui também na época e se lembra disso. Nós tivemos muita luta com relação a isso. Nós temos um caso grave, nós temos uma história grave e nós não podemos perder o foco nesse negócio. Senão, daqui a pouco, nós estamos nas páginas dos jornais como coniventes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Tem a palavra o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

**O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO** - Estou preocupado, realmente, Sr. Presidente, com o diagnóstico. Se nós fizermos um diagnóstico inadequado, nós corremos o risco de fazermos também um tratamento impróprio. Não é isso?



Aqui já existem alguns dados que são muito preocupantes e que nos levam, na condição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a investigar e buscar informações, além das empresas que foram aqui denunciadas. Nós tivemos um depoimento aqui que eu considero da mais alta relevância, porque ele afeta, além da economia, mas diretamente a saúde e a vida do cidadão, o depoimento do representante do Hospital Albert Einstein, quando ele disse que a quantidade de cirurgias realizadas era muito acima daquelas que deveriam ser corretamente indicadas, com consequências graves, inclusive muitas delas resultando em piora do paciente. Então, essa é a questão que nos cabe investigar.

Mas também nos cabe, Deputado Heringer, investigar a questão da economia, porque ela repercute no conjunto da obra, logicamente. Então, nós não podemos deixá-la de lado, porque ela reflete do ponto de vista da economia do cidadão, da economia de Estado. Nós vimos ontem o depoimento da Débora.

E eu quero encerrar dizendo que a minha preocupação é que também nós não nos foquemos apenas numa instituição. De repente, passa a ser o foco de todo o processo de tratamento como se fôssemos atingir uma instituição como a que ela representa, no caso.

Claro, se há erros, devem ser corrigidos, se há punição a ser aplicada, que seja aplicada, mas, se nós focarmos numa instituição e deixarmos de lado o que é mais amplo, a questão sistêmica, vamos perder a oportunidade de implementar medidas que podem ser tomadas aqui pela nossa Comissão.

Eu quero apenas concluir com a preocupação de que nós merecemos, no meu entendimento, desta Casa e também de outras instituições auxiliares, uma equipe técnica que nos permita fazer uma investigação mais profunda e mais detalhada possível.

Então, essa preocupação aqui, já solicitada e já manifestada pelo Deputado Paulo Foletto, acho que é muito pertinente. Nós precisamos de uma equipe técnica que nos ajude a responder às perguntas que nós estamos fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k., Deputado Adelmo.

Tem a palavra o Deputado Dr. João.

**O SR. DEPUTADO DR. JOÃO** - Sr. Presidente, eu também tenho uma preocupação muito grande, como o nosso Deputado Mário falou, porque uma das



reportagens do *Fantástico* menciona o Hospital de Bonsucesso como um hospital do SUS, da Rede SUS, da Rede Federal do Rio de Janeiro, onde houve grande desvio de material do Hospital para ir para clínicas particulares, roubado, desviado dentro do almoxarifado do Hospital de Bonsucesso, indo para as entidades, hospitais ou clínicas particulares dos médicos.

Então, isso aí é que realmente temos que pesquisar, temos que levantar. Inclusive há um requerimento convidando a Dra. Maristela, que é a Diretora do Hospital, já há muito tempo ela é Diretora daquele Hospital, para dar as devidas explicações sobre a reportagem do *Fantástico*. Estamos preocupados, portanto, com a parte de convênios e unimos o nosso foco. O nosso foco realmente é o SUS e o Hospital de Bonsucesso. Foi um escândalo aquela reportagem.

É só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Esta Presidência, assim como o Relator, nós estamos conduzindo o trabalho de acordo com a vontade da maioria dos Deputados que compõem a Comissão.

Então, nós gostaríamos de receber sugestões, inclusive na inauguração das oitivas, e estamos sugerindo hoje, construindo ali com a Cida e a Assessoria que na próxima semana, na terça-feira, nós possamos ouvir o Dr. Henrique Cruz, que é médico — ele é vítima e também quer ser testemunha acerca desta CPI; o Dr. Marcelo Paiva, médico, convidado, parece-me, através do requerimento do Deputado Dr. João; o Desembargador Ney Wiedemann, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que tem um acúmulo muito grande nessa situação; inclusive, ontem, na CPI, com o mesmo teor que está sendo discutido pelo Senado Federal, ele fez uma apresentação no Rio Grande do Sul; e o Desembargador João Barcelos, também do TJ do Rio Grande do Sul, que poderá também nos auxiliar.

Na quarta-feira, nós queremos ouvir delegados que estão com alguns inquéritos sobre processos que estão sob suas responsabilidades: Delegado Dr. Jobert Pinto Júnior, Delegado Dr. Daniel Mendelski Ribeiro e os Promotores Dra. Alessandra Bergamaschi e Dr. Luciano Vaccaro.

Então, na terça-feira, nós vamos ouvir vítimas e, ao mesmo tempo, membros do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. E vamos ouvir Delegados na quarta-feira,



Delegados que estão conduzindo alguns processos, e Promotores que também estão responsáveis pela instalação de alguns processos em andamento.

São essas sugestões que estamos tendo aqui, hoje, para a próxima semana. E na quinta-feira da próxima semana nós poderemos fazer também uma reunião com o conjunto da CPI. Ao lado de votar os requerimentos, que nós possamos também verificar qual o mecanismo que vamos ter a partir da próxima semana; que nós possamos criar, com a participação de todos, as oitivas a seguir das outras semanas e, se também houver sugestões de visitas a algumas Unidades da Federação, que nós possamos fazer.

Nós já requisitamos — foi motivo de requerimento da Comissão — que o Diretor-Geral da Polícia Federal possa nos remeter todos os processos que estão sendo conduzidos em todo o País, nas unidades da Polícia Federal em todo o País. Nós vamos pedir também ao Poder Judiciário que nos remeta alguns processos que estão em andamento em todas as unidades do Poder Judiciário do País. E, a partir da próxima semana, vamos discutir qual caminho vamos ter, inclusive na oitava também das distribuidoras. Já foi aprovado aqui um requerimento para ouvir os representantes da Associação dos Distribuidores de Materiais sobre a nova formatação que eles querem criar para o setor em todo o País.

Então, deixo a palavra aberta, já que estamos encerrando a sessão. Já não temos mais nenhum dos Deputados inscrito.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Eu estava inscrito, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Deputado Aureo, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Sr. Presidente, primeiro quero ressaltar a presença do Deputado Ricardo Izar, que foi autor de uma proposta de fiscalização e controle há mais de 1 ano sobre esse tema que tramita na Comissão de Defesa do Consumidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Foi em dezembro de 2013?

**O SR. DEPUTADO AUREO** - Acho que foi em dezembro de 2013. Eu sou Relator dessa Proposta de Fiscalização e Controle que tramita na Comissão. Nós já



vimos estudando, desde essa proposta, o que acontece no Brasil. É claro que a matéria do *Fantástico* trouxe um grande *boom* para esse tema no nosso País.

A preocupação do Deputado Mário é muito importante para que nós não possamos colocar e interpretar de forma diferente o que tem acontecido no País, mas a minha preocupação é muito simples. Nós estamos aprovando uma sequência de requerimentos, e a nossa CPI tem um prazo. Se nós fôssemos fazer a oitiva de todos que tiveram requerimento aprovado, já não daria pelo prazo que temos da CPI. Aí, o que vai acontecer, no meu entendimento? Quem teve o requerimento aprovado vai sentir-se prejudicado, porque não conseguiu exercer o seu papel na oitiva conforme proposta apresentada no requerimento, e nós vamos terminar a CPI sem ouvir 90% das propostas dos requerimentos apresentados.

Nós temos uma matéria central, que é a matéria do *Fantástico*. Começamos, eu acho, de fato, a esclarecer com o depoimento de ontem. Foi onde demos início à CPI na forma do problema que estamos enfrentando. Mas temos que elaborar um conjunto, um plano de trabalho, até de mais reuniões, durante a semana, para que possamos entregar a esta CPI ou abaixar o plano de saúde, que eu acho que é o grande problema hoje — quase 15% do preço do plano de saúde é por causa dessa máfia das próteses —, e elaborar uma regulamentação que enxerguemos para o futuro, para não mais convivermos com o que estamos convivendo hoje: cirurgias sendo feitas sem necessidade.

Então, nós temos esse desejo aqui de trabalhar para a sociedade brasileira, entregando um melhor resultado final. Que possamos elaborar um plano de trabalho. E é até um sincronismo, Sr. Presidente. Quando eu falo que o meu requerimento ficou prejudicado hoje, é para que não apresentemos o mesmo requerimento, convocando a mesma empresa com pessoas diferentes ou discutindo o mesmo tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Boa contribuição, Deputado Aureo.

Tem a palavra o Deputado Mário Heringer.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Obrigado, Presidente. Eu fiz dois requerimentos e queria consultar essa Presidência, essa Mesa, se já temos alguma resposta com relação ao rol que solicitei, tanto com relação aos planos de saúde



quanto ao SUS, dos materiais mais usados, nos hospitais mais frequentes, pelos médicos mais frequentes, pelas especialidades mais frequentes, de maneira que nós já possamos ter uma medida de como isso funciona. Queria saber se a Presidência já tem retorno desse pedido, desse requerimento, se já foi feito ao SUS.

E há outra comparação que eu gostaria que fizéssemos, Presidente, que buscássemos nos hospitais especiais. Eu chamo de hospitais especiais porque nós temos hospitais no Brasil, dentro da rede do SUS, que são hospitais especiais melhores que os outros. Podem ser para ensino, podem ser para tecnologia, mas são separados. São aqueles hospitais especiais de Oncologia, de Cardiologia, de Cirurgia Endovascular, de Neurocirurgia.

Esses hospitais é que trabalham muito mais com a alta complexidade, com a prótese, com a endoprótese, com a órtese, com materiais especiais, com maior frequência. E eles teriam para trazer para nós, com muita clareza, por quanto estão comprando, quanto estão comprando e como estão pagando.

Se nós tivermos essas informações, nós não precisaremos sair ouvindo todos os fornecedores. Os documentos virão e nós saberemos. O Deputado Foletto tem 100% de razão. Não devemos convocar um a um para falar a mesma coisa! Mas essa informação, é fundamental insistir que ela venha, porque ela vem e nos contempla sobre quem vende mais caro, quem se submete...

No tempo do ex-Presidente José Sarney, quando brincávamos com aquela história de boi no pasto, não sei o quê, os fiscais do plano, amigo, o problema era o atravessador, lembra? O termo era "atravessador". Continuamos com o mesmo problema. Hoje se chama "intermediário", "revendedor". No meio desse caminho, como vimos naquela palestra, é que se encontram essas distorções de valor e de conduta.

Então, nós precisamos absolutamente saber: no SUS, no hospital tal, qual é o material mais usado e quem é o médico que mais usa? Vamos ver se esse cara não está envolvido. Vamos ver!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - O.k. Deputado Mário Heringer, respondo ao seu questionamento: o requerimento de sua autoria abrangeu vários planos de saúde. Muitos deles pediram dilação de prazo, porque eram informações muito volumosas. Inclusive aprovamos ontem um requerimento, uma



solicitação da GEAP, que pediu que fossem mandadas as informações apenas por meio eletrônico, tendo em vista que só a GEAP iria gastar 24 mil folhas padronizadas, em papel ofício, para mandar todas as informações. Imaginem o trabalho do nobre Relator! Ele deverá se debruçar noites e mais noites para poder...

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - O Deputado Fufuca é jovem.  
(Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Só um plano de saúde tem 24 mil folhas. Imaginem o montante das informações! Então, nós dilatamos o prazo das outras empresas.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Só para perguntar: e quanto ao SUS, também foi feito o pedido?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Também. O Ministro não encaminhou a resposta agora, mas, segundo informações, está elaborando todo o material, que será muito volumoso também.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Presidente, se puder fazer um contato...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Para tanto, nós inclusive solicitamos a ajuda de dois Deputados, convocamos, convidamos, e foi uma espécie de convocação, os Deputados Odorico Monteiro e Lelo Coimbra, para auxiliar o Deputado Relator, para que nós possamos também partilhar essa carga de trabalho, que será, sem dúvida, enorme.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Perfeito. Como o SUS não respondeu, Presidente, eu queria sugerir que essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - A informação que me trazem aqui é que há muito material chegando, mas o Ministério da Saúde pediu dilação de prazo, que foi concedida.

**O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER** - Com certeza, eu compreendo que é muito material. O que eu queria dizer, para tentar facilitar e para termos informação mais rápida, é que nós pedíssemos ao Ministério que não precisa buscar o Brasil inteiro, não, só busque os hospitais especiais, os hospitais que fazem tratamento de alta complexidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Resende) - Mas o requerimento foi aprovado nessa sua inteireza.

Nada mais havendo a tratar, eu convoco reunião para a próxima terça-feira, 19 de maio, em plenário a ser definido, para oitiva dos senhores: Dr. Henrique Cruz, médico, vítima e testemunha; Dr. Marcelo Paiva, médico e vítima; Dr. Ney Wiedemann Neto, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; e Dr. João Barcelos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Até a próxima semana.